

EQUILÍBRIO COM OS CBIOS

Roberto Rodrigues*

O setor sucroenergético tem um desequilíbrio intrínseco porque a venda da cana-de-açúcar para uma usina só é econômica até uma determinada distância entre ela e o agricultor. Em outras palavras, não existe mercado para cana, o produtor rural, chamado “fornecedor de cana” é “privativo” da usina dentro da distância possível, hoje entre 40 e 45 km.

Quando escreveu o Estatuto da Lavoura Canavieira, Barbosa Lima Sobrinho, conhecedor deste fato, colocou na lei algumas proteções aos fornecedores: toda usina era obrigada a receber até 50% de canas deles, cada produtor rural (e também a Usina) tinha uma quota de produção estabelecida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool que também determinava o preço da tonelada de cana.

Mas a cana era paga por tonelagem produzida. Não havia vantagem em maior qualidade, maior riqueza em açúcar.

Foi então que surgiu o pagamento de cana pelo teor de sacarose, muito mais justo e balanceado. Depois que o sistema foi criado, os benefícios para a cadeia produtiva foram evidentes: canas mais ricas em sacarose produziam mais açúcar por tonelada de matéria prima, e tanto o agricultor quanto o usineiro ganhavam.

Em 1990, o Presidente Collor extinguiu o IAA e acabou a tal proteção “barbosiana”. Mas usineiros e produtores se reuniram e criaram o Consecana, um inteligente mecanismo privado que estabelecia o preço da cana com base no preço de venda do açúcar ou etanol produzido. Foi uma decisão modernizadora: acabou a intervenção do governo.

De lá para cá as tecnologias evoluíram, as usinas passaram a produzir eletricidade e outros sub-produtos com a cana fornecida pelos produtores. O Consecana ficou desatualizado, mas o setor industrial não tem mostrado disposição para revigorar o bom instrumento.

E agora surgiu uma oportunidade para rever todo o processo produtivo, com uma vantagem para toda a sociedade: com o RenovaBIO, lei que normatiza a questão da descarbonização da cadeia produtiva inteira, foi criado o CBio, um título que permite “remunerar” os produtores pela redução das emissões de CO2 equivalente. Cada unidade de CBio comercializada no mercado equivale à redução de uma tonelada de CO2 emitido.

Portanto, quanto mais eficiente for o produtor rural ou industrial, mais CBios ele consegue emitir, melhorando a sua renda. E é perfeitamente possível calcular as emissões de cada fornecedor de cana, através do Renovacalc, uma fórmula oficial que vai dizer, com base no consumo de diesel ou no uso de agroquímicos, por exemplo, o que de fato foi reduzido. Para isso, cada fornecedor tem que comprovar o que usou, a partir do que o sistema aponta com clareza sua performance descarbonizante. Os mais eficientes ganharão mais, estimulando a maior descarbonização de toda a cadeia produtiva e o benefício será da sociedade em geral.

Claro que isso tem custos para a usina, que seriam descontados de cada produtor, e a justiça seria feita.

Mas a indústria insiste em estabelecer um valor médio, arbitrado por ela, sem base técnica, o que seria injusto, e traria de volta uma relação desequilibrada.

Confia-se na inteligência dos atores do processo para se chegar a uma solução adequada, lastreada na ciência e no bom senso.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**